MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 02/EXTRAORDINÁRIA/CONSUNI/2021/SG-DC

Aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2021, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a II sessão extraordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2021, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; André Mascioli Cravo, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Ângela Terumi Fushita, representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante titular docente do CMCC; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Cláudia Regina Vieira, representante titular docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Dalmo Mandelli, representante titular docente do CCNH; Elizabeth Teodorov, representante titular docente do CMCC; Emanuele Los Angeles Nunes Bezerra, representante suplente discente de Graduação; Federico Martí da Rosa Fornazieri, representante titular discente de Pós-Graduação; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Gilberto Marcos Antônio Rodrigues, representante titular docente do CECS; Gilberto Maringoni, representante titular docente do CECS; Gisele Ducati, representante titular docente do CMCC; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do CECS; Harki Tanaka, diretor do CECS; Hosana Meira da Silva, representante externa da comunidade civil; Jair Donadelli Júnior, representante titular docente do CMCC; Layse Hiromy Yamauti, representante titular discente de Graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de Extensão e Cultura; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Luciana Aparecida Palharini, representante titular docente do CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante titular docente do CECS; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Marcelo Furlin, representante externo da comunidade civil; Patrícia Dantoni, representante titular docente do CCNH; Paulo de Ávila Júnior, representante titular docente do CCNH; Priscila Carvalho da Silva, representante titular discente de Graduação; Priscila dos Santos Silva, representante titular discente de Graduação; Renata Silva, representante titular dos técnicos administrativos; Ricardo José Andrade, representante titular dos técnicos administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante titular dos técnicos administrativos; Ronaldo Cristiano Prati, representante titular docente do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante titular dos técnicos administrativos; Sandra dos Santos Brumatti, representante titular discente de Pós-Graduação; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de Pesquisa. **Ausências justificadas**: Cristina Froes de Borja Reis, representante titular docente do CECS. **Ausentes**: Gustavo Morari do Nascimento, representante titular docente do CCNH. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Anastasia Guidi Itokazu, representante suplente docente do CCNH; Beatriz Baria Vieira, representante suplente discente de Graduação; Bianca Barboza Bertolotto, discente de graduação; Daniel Pansarelli, coordenador do Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC; Gabriel Augusto França da Silva, representante suplente discente de Graduação; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Karina

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Passalacqua Morelli Frin, representante suplente docente do CCNH; Mara Lúcia Almeida Silva, substituta eventual de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Renato Mendes Coutinho, Núcleo de Monitoramento e Testagem; Roberta Reis, discente de pós-graduação; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, pró-reitor adjunto de Pesquisa; Silas Justiniano Veiga da Silva, Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SintUFABC); Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Vanessa Elena Bomfim, representante suplente dos técnicos administrativos; Wesley Góis, pró-reitor adjunto de Graduação. **Apoio administrativo**: Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente abre a sessão às 14h10, felicitando a todos os professores pelo dia 15 de outubro, data em que se comemora o Dia dos Professores, por esse nobre trabalho que possui um forte caráter social. Manifesta que esse dia, infelizmente, ao invés de ser marcado por festas, é marcado pela luta em defesa da ciência brasileira e contra os cortes que se tem presenciado. Comunica que diversas entidades científicas do país, juntamente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), estão discutindo questões relacionadas à manutenção da ciência e da tecnologia, cujas universidades públicas possuem papel central. Pontua que tais questões envolvem a sustentação financeira e orçamentária da ciência brasileira, na perspectiva de tentar reverter o quadro ou, pelo menos, minimizá-lo. Também registra pesar pelas mais de 600mil mortes causadas pela pandemia. Passa a palavra para o representante do SinTUFABC, Silas da Silva, que inicia a manifestação do sindicato agradecendo o espaço cedido e efetuando a leitura de uma carta que indica preocupação em relação às atualizações do Plano de Retomada gradual das atividades presenciais na UFABC. Na carta, são expressas as inquietações dos servidores técnico-administrativos, tais como a retirada do Grupo Ampliado de Risco (GAR); a solicitação para que a retomada presencial aguarde o avanço da vacinação contra a Covid-19 na população; a solicitação para que somente os servidores que possuem o quadro completo de vacinação, disponível até o momento, voltem ao trabalho presencial; e a alteração da jornada de trabalho. Além disso, a carta propõe que seja discutida a modalidade híbrida de trabalho e solicita da Reitoria a devida resposta aos e-mails enviados com questionamentos acerca das atualizações do Plano de Retomada. Em resposta, o presidente informa que os questionamentos e as solicitações serão solucionados no decorrer da reunião. **Ordem do Dia**: Minuta de Ato Decisório que aprova as atualizações no Plano de Retomada gradual das atividades presenciais na UFABC. O presidente comunica que este item foi objeto de discussão no Expediente da IV sessão ordinária do ConsUni e, conforme deliberado, passou para a Ordem do Dia com a relatoria do conselheiro Gilberto Maringoni que consolidou as propostas sugeridas. Com a palavra, o relator esclarece acerca da linha adotada para a atualização do Plano de Retomada em questão e apresenta o contexto geral o qual o documento foi elaborado. Elucida que o cenário atual é diferente daquele enfrentado quando foi aprovado em 2020. Destaca que a UFABC, desde quando as atividades remotas foram implantadas, em março de 2020, vinha trabalhando incansavelmente para que o ensino, a pesquisa e a extensão não fossem interrompidos e mantendo o corpo acadêmico coeso. Pontua o impressionante cenário vacinal brasileiro de, aproximadamente, 70% da população vacinada com a primeira dose e 50% vacinada com a segunda dose. Discorre que a UFABC enfrentou, bravamente, as dificuldades apresentadas em 2020 e que devemos repensar com a mesma agilidade e eficiência como serão retomadas as atividades presenciais na universidade, na perspectiva de que no início de 2022, estejamos com a vacinação próxima de 100% da população. Além disso, argumenta que todas as tomadas de decisões deste Conselho contam com um ótimo assessoramento técnico e que a volta às atividades presenciais deve ser realizada com todo o cuidado necessário. Pontua algumas alterações que foram feitas no documento como a obrigatoriedade da comprovação do quadro vacinal para aqueles que forem frequentar os *campi*;

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

o aumento da testagem e o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) como álcool gel e máscaras. Destaca que, para além da perspectiva epidemiológica e científica, a UFABC necessita tomar uma decisão política, no sentido de se pensar coletivamente e no caráter público da relação. Chama a atenção para o quadro de desalento dos discentes no que se refere ao ensino remoto, esclarece que, em conversa com outros docentes, percebe-se a crescente perda de interesse tanto dos alunos, quanto dos professores. Enfatiza, ainda, a necessidade da celeridade na atualização e flexibilização do Plano de Retomada, porém destaca que as decisões e a volta sejam realizadas de maneira plena, com todos os cuidados que são indispensáveis. Por fim, sugere que o Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC disponibilize um canal de atendimento, como uma espécie de Ouvidoria, para a resolução de eventuais imprevistos. Por fim, declara-se a favor da volta imediata das atividades presenciais. Antes do início das discussões, o presidente passa a palavra para a discente de pós-graduação, Roberta Reis, que procede à leitura de uma carta descrevendo a situação dos alunos em relação às bolsas de estudos, além do resultado de uma pesquisa feita com os alunos de pós-graduação quanto ao interesse à volta das atividades presenciais. Dentre os resultados, a discente informa que parte dos alunos terminará suas respectivas pesquisas sem o recebimento das bolsas, visto que o prazo de prorrogação da bolsa e da defesa dos trabalhos não estão em consonância. Além disso, enfatiza que é imprescindível o restabelecimento da Central Multiusuário. Aberta a plenária para discussão, são levantados os seguintes pontos: 1) o conselheiro Armando Caputi solicita registro de sua manifestação: declara repúdio quanto a determinadas posições de que àqueles que não querem voltar às atividades presenciais, não enxergam o sofrimento daqueles que, como os alunos, querem o retorno das atividades. Pontua que, equivocadamente, pressupõe-se que parte da comunidade acadêmica quer permanecer parada indefinidamente, quando, na realidade, há apenas divergências quanto ao ritmo e à forma de retomada; 2) solicita-se a manutenção do item 6, que dita acerca do GAR, na atualização do Plano de Retomada, permitindo que retorno facultativo às atividades presenciais para aqueles que se encontram nesse grupo. Para tanto, sugere-se a inclusão do seguinte texto ao item: “Fica definido como opcional para os servidores, discentes, trabalhadores terceirizados e estagiários do Grupo Ampliado de Risco (GAR) a manutenção do trabalho remoto durante o Plano de Retomada gradual de atividades presenciais na UFABC”; 3) sugere-se que o GAR seja mantido, porém com algumas modificações que viabilizem a implementação do retorno das atividades presenciais; 4) solicita-se a inclusão de pais e mães de crianças menores de 12 anos no GAR, pois não há, até o momento, vacina aprovada contra a Covid-19 para crianças nessa faixa etária. Propõe-se a inclusão de outro subitem, no item 6, com o seguinte texto: “Fica definido pais ou responsável legal de crianças menores de 12 anos de idade no Grupo Ampliado de Risco (GAR)”; 5) questiona-se acerca do fornecimento de EPI pela UFABC; 6) questiona-se se a atualização leva em consideração a situação dos trabalhadores terceirizados; 7) solicita-se esclarecimento acerca da implementação da Ouvidoria junto ao Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus; 8) solicita-se mais frequência das reuniões do Comitê de Planejamento, sugerindo-se uma redação ao item 1.2: “Compete ao Comitê de Planejamento de Ações de Gestão no Combate ao Coronavírus na UFABC a avaliação constante, com reuniões com prazo máximo de trinta dias entre elas, e a difusão, junto à comunidade, das ações de prevenção e redução de risco. Ainda, compete ao Comitê elaborar a estratégia de ações de comunicação e sinalização dos locais com a capacidade máxima de ocupação referente ao Plano de Retomada, considerando os recursos disponíveis e articulando diferentes *expertises* para tanto na comunidade”; 9) propõe-se outra redação para o item 1.2: “Compete ao Comitê de Planejamento de Ações de Gestão no Combate ao Coronavírus na UFABC a avaliação constante e a difusão, junto à comunidade, das ações de prevenção e redução de risco, delimitando parâmetros mínimos, com base nas evidências mais atuais, para orientação dos planos setoriais, preservadas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

a isonomia e o tratamento igualitário dos operadores e usuários do serviço público. Ainda, compete ao Comitê elaborar a estratégia de ações de comunicação referente ao Plano de Retomada, considerando os recursos disponíveis e articulando diferentes *expertises* para tanto na comunidade."; 10) sugere-se que seja especificado um número absoluto de pessoas nos *campi*, cuja permanência seja permitida; 11) sugere-se que setores administrativos mais burocráticos pensem em escalas alternativas de trabalho, no intuito de não aumentar demasiadamente a circulação de pessoas nos *campi*; 12) defende-se que os Planos de Execução Locais possam contemplar as medidas necessárias para que o trabalho remoto seja mantido naquelas funções administrativas em que tal modalidade seja cabível, propondo-se a adição de novos subitens ao item 2: "2.3 Fica definido que os Planos de Execução Locais considerarão a possibilidade de manutenção do trabalho remoto durante o Plano de retomada gradual de atividades presenciais na UFABC para os servidores, discentes, trabalhadores terceirizados e estagiários. 2.3.1 Com o objetivo de ampliar as atividades que precisam ser realizadas de forma presencial, em especial as vinculadas às atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão), as atividades que podem ser desempenhadas de forma remota devem seguir nesse formato, garantindo os limites de testagem apontados no item x. 2.3.2 As atividades presenciais devem ser limitadas ao período de 5h (cinco horas) diárias, evitando-se a realização de refeição na universidade."; 13) sugere-se que a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) apresentem os números referentes à quantidade de alunos e matérias prioritárias para o retorno presencial; 14) solicita-se esclarecimento quanto às turmas que voltarão ao presencial na mudança para a fase 1 e quais são os critérios utilizados; 15) propõe-se nova redação para o item 4.2: "Ainda, na Fase 1 fica autorizada a presença de estudantes de graduação e pós-graduação, inclusive em atividades didáticas, até o limite da capacidade de testagens individuais semanais. Este limite não pode ser flexibilizado enquanto perdurar a Fase 1 deste Plano, como forma de permitir a coleta e análise de dados necessários para a consolidação dos indicadores utilizados na evolução das fases, assim como de garantir o adequado planejamento e execução de medidas de prevenção em circunstância mais assertiva, com menor volume e maior segurança, preparando as equipes dos vários setores para as fases seguintes."; 16) sugere-se que a UFABC busque maneiras de aumentar a capacidade de testagem individual; 17) solicita-se que sejam explicitadas, com mais clareza, as alterações feitas no Plano de Retomada; 18) sugere-se a elaboração de uma nova Resolução que revogue e substitua a Resolução vigente, no intuito de deixar mais claro à comunidade quais as alterações feitas; 19) solicita-se o estabelecimento de datas específicas para o avanço das fases; 20) solicita-se a inclusão da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) no item 7, propondo-se a seguinte redação para o item: "Os protocolos comuns gerais e os protocolos setorizados, constantes no Plano de Retomada Gradual, deverão ser atualizados pela Sugepe, por meio da Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho (SEST) e em parceria com integrantes do setor e a participação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP), sempre que necessário, considerando as informações técnicas do Núcleo de Monitoramento e Testagem. Caberá orientação pela Sugepe, por meio da SEST, e com a supervisão da CISSP e do Comitê de Planejamento de Ações de Gestão no Combate ao Coronavírus, inclusive, quanto ao tipo de EPI a ser utilizado nos espaços dos *campi*, considerando a ventilação e outras características pertinentes, e condicionando o tipo de EPI utilizado ao acesso a esses espaços. Tais orientações aplicar-se-ão a servidores, trabalhadores terceirizados, pesquisadores, estudantes e público em geral"; 21) solicita-se a inclusão da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), no item 7, como o setor mediador entre a UFABC e os estudantes. Em resposta aos comentários, o representante da área demandante, Daniel Pansarelli, esclarece que em conversa com especialistas e médicos da UFABC, sendo um deles pneumologista, tentou-se manter no item 6, referente ao GAR, uma redação acolhedora, pois diante da vacinação há um entendimento de que o GAR deixa de correr

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

um risco significativo em relação aos demais. Informa que, caso ocorra a aprovação do retorno facultativo para aquelas pessoas que pertencem ao GAR e a inclusão de pais e mães de crianças menores de 12 anos ao grupo, a atualização do Plano perderá sua efetividade, na medida em que praticamente todo o contingente funcional da UFABC e de discentes serão enquadrados no GAR, deixando de ser um grupo para se tornar a regra. Diante disso, mostra-se desfavorável às propostas colocadas para esse item, até o momento. Esclarece que houve a preocupação de se explicitar no item 6 que caberá à Sugepe, por meio da SEST, orientar as condições específicas de segurança aplicadas a cada caso, no que se refere às pessoas pertencentes aos grupos de risco legalmente definidos, bem como às pessoas em situação que demandem cuidados especiais. Acerca dos EPI, comunica que o item 7 especifica que a SEST será a responsável por determinar o tipo adequado para cada ambiente, compreendendo toda a comunidade acadêmica, inclusive os terceirizados. Informa que acata a proposta de alteração do item. Esclarece que, por questão de atribuição, cabe à CISSP apenas o acompanhamento da SEST. Ainda acerca do item 7, acata a sugestão de inclusão de um setor para acolhimento dos discentes, porém considera as Pró-Reitorias acadêmicas sejam as mais aptas para a orientação necessária, ao invés da ProAP. Quanto à especificação de um número absoluto para a frequência de pessoas nos *campi*, elucida que, apesar de o item 4 não especificar um número exato, limita a presença nos *campi* à capacidade de testagem de cada fase. Salienta que, no momento, a capacidade de testagem da UFABC para a Fase 1 é de 2 mil testes. Todavia, não gostaria de estabelecer um número absoluto, pois se a capacidade de testagem individual da universidade diminuir, a frequência nos *campi* também deverá diminuir, por esse motivo vinculou-se a frequência à capacidade de testagem. Esclarece que, quanto à sugestão do aumento da capacidade de testagem individual, o Núcleo de Monitoramento e Testagem da UFABC, a partir da Fase 2, irá alterar a metodologia de testagem, não havendo a necessidade do aumento da capacidade. Solicita aos conselheiros atenção ao item 1.1 que determina que cabe ao ConsUni deliberar acerca do avanço de fases, permitindo ao Plano mais flexibilidade. O relator, Gilberto Maringoni, esclarece que em relação à Ouvidoria, é tão somente uma instância com competência para averiguar e tratar sobre temas sensíveis, como assédio e assuntos correlatos, para toda a comunidade acadêmica, incluindo-se os trabalhadores terceirizados. Quanto à prioridade de retorno dos alunos e das turmas, Daniel Pansarelli informa que a ProGrad e a ProPG estão organizando as hipóteses possíveis para divulgar assim que possível. Reforça que tais decisões somente podem ser tomadas com a deliberação do ConsUni acerca da atualização do Plano de Retomada, recordando a todos que a Resolução ConsEPE n° 245 estabelece a ordem de prioridade de oferta de disciplinas. Em complemento, a pró-reitora de Graduação, Fernanda Cardoso, esclarece que a ProGrad continua com o processo de planejamento do 1º Quadrimestre de 2022 e que, em relação às disciplinas que poderão ser ofertadas presencialmente, após levantamento, averiguaram-se 116 turmas possíveis, já considerando o escalonamento dos técnicos. No que se refere à sugestão da manutenção de determinadas atividades administrativas em trabalho remoto, manifesta que é interessante que seja resguardada a maior quantidade de presença física nos *campi* para as atividades acadêmicas, nesse sentido, comunica que todos estão de acordo que as atividades que puderem ser desenvolvidas de maneira remota, que permaneçam de maneira remota e complementa que a Reitoria vem orientando os dirigentes nesse sentido. Porém, manifesta dúvida se tal orientação deve constar explicitamente no documento, diante do cenário atual, com o aumento de denúncias frente ao Ministério Público Federal de que a UFABC já deveria ter voltado ao trabalho presencial, pontuando que a inclusão dessa orientação na minuta pode favorecer que a universidade seja acionada judicialmente. O presidente ratifica a fala do representante da área demandante no que se refere que o Plano de Retomada e deixa claro que, na Fase 1, está previsto que volte ao presencial somente as atividades administrativas necessárias. Reitera que a Andifes está, através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Gestão de

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

Pessoas (Forgepe), trabalhando em um conjunto de diretrizes que possam orientar as universidades federais acerca da regulamentação do teletrabalho. Ressalta a importância dos Planos de Execução Local que serão publicados e devem refletir as peculiaridades e condições de cada área da UFABC. Quanto ao retorno às atividades presenciais serem facultativas à determinados grupos, Gilberto Maringoni pontua que considera mais profícuo que a redação seja mais abrangente, garantindo a retomada gradual das atividades a cada fase e determinando as excepcionalidades para que cada setor possa elaborar melhor seus planos locais. Quanto à jornada de trabalho, Daniel Pansarelli acredita que o estabelecimento da jornada completa de 8h com menos dias de comparecimento aos *campi*, seja mais vantajoso, visto que diminui a exposição diária dos servidores ao transporte público, por exemplo. Declara que não se colocará contrário à proposta da jornada de 5h, contanto que o item contenha o termo "preferencialmente ao período de 5h", para não tonar a jornada alternativa como sendo obrigatória. Gilberto Maringoni manifesta preocupação quanto à morosidade na aprovação da atualização do Plano de Retomada e declara-se favorável à retomada presencial a partir do 1º quadrimestre de 2022. Em Questão de Ordem, solicita-se que as propostas acatadas sejam elencadas e apresentadas para melhor entendimento das alterações. Após manifestações de preocupação quanto às medidas disciplinares que serão tomadas, o presidente declara que tais decisões podem ser feitas após a aprovação do Ato Decisório que está sendo discutido, juntamente com as decisões que precisam ser tomadas acerca da mudança de fase, em uma reunião que deverá acontecer na próxima terça-feira, dia 19 de outubro. Em nova Questão de Ordem, solicita-se esclarecimento quanto à fala do relator de que haja a volta, prontamente, ao trabalho presencial. O presidente esclarece que está sendo deliberada somente a atualização do Plano, não a mudança de Fase. Com a palavra, Gilberto Maringoni esclarece que elaborou a relatoria com base em discussões, as quais se verificaram a demanda pelo avanço concreto, caso contrário, não será possível voltar ao ritmo que a universidade necessita. No intuito de organizar o documento e as diversas propostas de alteração realizadas no *chat* da plataforma da videoconferência, o representante da área demandante, por sugestão da Mesa, passa à leitura da minuta, elencando os itens que tiveram as propostas acatadas: 1) nova redação para o item 1.2: "Compete ao Comitê de Planejamento de Ações de Gestão no Combate ao Coronavírus na UFABC, em reuniões mensais, a avaliação constante e a difusão, junto à comunidade, das ações de prevenção e redução de risco, delimitando parâmetros mínimos, com base nas evidências mais atuais, para orientação dos planos setoriais, preservadas a isonomia e o tratamento igualitário dos operadores e usuários do serviço público. Ainda, compete ao Comitê elaborar a estratégia de ações de comunicação referente ao Plano de Retomada, considerando os recursos disponíveis e articulando diferentes expertises para tanto na comunidade"; 2) nova redação para o item 3: "O Conselho Universitário (ConsUni) deverá ser convocado em caráter de urgência e em sessão extraordinária, sempre que o índice de risco definido no item 3.1 atingir o valor de tolerância, conforme definido no item 3.2. 3.1. O índice de risco é definido como o produto da incidência estimada de casos na população, o número estimado de casos secundários a partir de um caso introduzido, e a probabilidade de desenvolvimento de caso grave de Covid-19 dada uma infecção pelo vírus SARS-CoV-2 (Fórmula 1 abaixo). 3.2. O valor de tolerância do índice de risco, entendido nos termos do item 3.3 deste documento, fica estabelecido em 1/100.000 pessoas por 2 semanas, em ordem de grandeza 3.3. Considerando as incertezas inerentes à determinação do índice definido no item 3.1 deste documento e denominado 'número estimado de casos secundários a partir de um caso introduzido', o Núcleo de Monitoramento e Testagem deverá divulgar os valores para cada fase do referido índice junto com seus intervalos de confiabilidade, de modo a proporcionar uma leitura e uso adequados do índice de risco. 3.4. Outros instrumentos poderão ser adotados, complementarmente aos indicadores de Limiares de Incidência de Risco, por orientação do Núcleo de Monitoramento e Testagem"; 3) nova redação para o item 4.2: "Ainda, na Fase 1 fica

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

autorizada a presença de estudantes de graduação e pós-graduação, inclusive em atividades didáticas, até o limite da capacidade de testagens individuais semanais. Esse limite não pode ser flexibilizado enquanto perdurar a Fase 1 deste plano, como forma de permitir a coleta e análise de dados necessários para a consolidação dos indicadores utilizados na evolução das fases, assim como de garantir o adequado planejamento e execução de medidas de prevenção em circunstância mais assertiva, com menor volume e maior segurança, preparando as equipes dos vários setores para as fases seguintes"; 4) adição de novos subitens ao item 4: "4.x Fica definido que os Planos de Execução Locais considerarão a possibilidade de manutenção do trabalho remoto durante o Plano de retomada gradual de atividades presenciais na UFABC para os servidores, discentes, trabalhadores terceirizados e estagiários. 4.x Os Planos de Execução Locais, validados pela SEST e CISSP, e devidamente assinado pelo dirigente máximo da área, devem ser publicados na página da UFABC, em espaço exclusivo para divulgação de todos os Planos, onde deverá ser mantido o registro da evolução das fases. 4.x Com o objetivo de ampliar as atividades que precisam ser realizadas de forma presencial, em especial as vinculadas às atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão), as atividades que podem ser desempenhadas de forma remota devem seguir nesse formato, garantindo os limites de testagem apontados no item 4.x. 4.x As atividades presenciais devem, preferencialmente, ser limitadas ao período de até 5h (cinco horas) diárias, evitando-se a realização de refeição na Universidade"; 5) nova redação para o item 7: "Os protocolos comuns gerais e os protocolos setorizados, constantes no Plano de Retomada Gradual, deverão ser atualizados pela Sugepe, por meio da SEST, sempre que necessário, com apoio da ProAP e considerando as informações técnicas do Núcleo de Monitoramento e Testagem e orientações que venham a ser dadas pela CISSP e pelo Comitê de Planejamento de Ações de Gestão no Combate ao Coronavírus. Caberá, ainda, orientação pela Sugepe, por meio da SEST e possíveis considerações da CISSP e do Comitê, quanto ao tipo de EPI a ser utilizado nos espaços dos *campi*, considerando a ventilação e outras características pertinentes, e condicionando o tipo de EPI utilizado ao acesso a esses espaços. Tais orientações aplicar-se-ão a servidores, trabalhadores terceirizados, pesquisadores, estudantes e público em geral. Caberá às Pró-Reitorias acadêmicas a orientação necessária aos discentes". Questionado acerca do GAR, referente ao item 6, Daniel Pansarelli declara que não se sentir à vontade para estabelecer critérios diferentes daqueles estabelecidos, por falta de embasamento científico e propõe que, porventura, caso seja estabelecido um novo GAR, isso ocorra por meio de um Ato Decisório em outra reunião do ConsUni, visto que continuamos na Fase 0 do Plano e a formulação apresentada parecer razoável para os casos excepcionais que têm frequentado a UFABC. Em discussão, propõe-se a seguinte redação para o item 6: "Em função da diminuição de risco ocasionada pela vacinação, o GAR, definido no Plano de Retomada Gradual, passa a ter sua composição dada por resolução própria. A composição do GAR poderá ser revista periodicamente, respeitando a composição dos grupos de risco legalmente definidos e a partir de novas orientações sanitárias e científicas divulgadas pelo Núcleo de Monitoramento e Testagem. Nesse caso, caberá à Sugepe, por meio da SEST propor a nova composição do GAR, a ser aprovada pelo ConsUni". Em Questão de Ordem, solicita-se esclarecimento acerca de qual encaminhamento será dado à minuta e quando será realizada a próxima reunião do ConsUni. Não havendo concordância quanto ao texto do item 6 e dado o avançado da hora, o relator, Gilberto Maringoni, sugere que todo o documento seja sistematizado e apresentado na próxima terça-feira, 19 de outubro, com as propostas acatadas, para somente, então, realizar as deliberações necessárias. Daniel Pansarelli esclarece que há apenas 1 ponto de divergência na minuta, parecendo ser mais vantajoso que se resolva essa questão ainda hoje, respondendo a um anseio da comunidade pela atualização do Plano de Retomada. Havendo posicionamento favoráveis a ambas as propostas de encaminhamento, o presidente coloca em votação a Proposta 1 "que o ponto de divergência seja sanado e o documento seja deliberado hoje" contra a Proposta 2 "que a

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

reunião de hoje seja suspensa e retomada dia 19 de outubro, com o documento sistematizado". Após votação, a Proposta 1 obteve 16 votos favoráveis, a Proposta 2 obteve 19 votos favoráveis e 1 abstenção. O presidente declara suspensa a reunião até dia 19 de outubro, quando será apresentado um documento com todas as propostas sistematizadas. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às 18h31.----------

Aos 19 dias do mês de outubro do ano de 2021, no horário das 14h, remotamente por meio de videoconferência, realiza-se a continuação da II sessão extraordinária do Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal do ABC (UFABC) do ano 2021, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Dácio Roberto Matheus, com a presença dos seguintes **conselheiros**: Wagner Alves Carvalho, vice-reitor; Acácio Sidinei Almeida Santos, pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; André Mascioli Cravo, representante titular docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Ângela Terumi Fushita, representante titular docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Armando Caputi, representante titular docente do CMCC; Beatriz Baria Vieira, representante suplente discente de Graduação; Charles Morphy Dias dos Santos, pró-reitor de Pós-Graduação; Cláudia Regina Vieira, representante titular docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Cristina Froes de Borja Reis, representante titular docente do CECS; Dalmo Mandelli, representante titular docente do CCNH; Elizabeth Teodorov, representante titular docente do CMCC; Emanuele Los Angeles Nunes Bezerra, representante suplente discente de Graduação; Federico Martí da Rosa Fornazieri, representante titular discente de Pós-Graduação; Fernanda Graziella Cardoso, pró-reitora de Graduação; Francisco de Assis Comarú, representante suplente docente do CECS; Gilberto Maringoni, representante titular docente do CECS; Gisele Ducati, representante titular docente do CMCC; Guadalupe Maria J. A. de Almeida, representante titular docente do CECS; Gustavo Morari do Nascimento, representante titular docente do CCNH; Harki Tanaka, diretor do CECS; Jair Donadelli Júnior, representante titular docente do CMCC; Layse Hiromy Yamauti, representante titular discente de Graduação; Leonardo José Steil, pró-reitor de Extensão e Cultura; Leonel de Miranda Sampaio, pró-reitor adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Luciana Aparecida Palharini, representante titular docente do CCNH; Luiz de Siqueira Martins Filho, representante titular docente do CECS; Marcelo Bussotti Reyes, diretor do CMCC; Michelle Custódio Pabst, representante suplente discente de Pós-Graduação; Patrícia Dantoni, representante titular docente do CCNH; Paulo de Avila Junior, representante titular docente do CCNH; Priscila Carvalho da Silva, representante titular discente de Graduação; Renata Silva, representante titular dos técnicos administrativos; Ricardo José Andrade, representante titular dos técnicos administrativos; Roberta Kelly Amorim de França, representante titular dos técnicos administrativos; Ronaldo Cristiano Prati, representante titular docente do CMCC; Ronei Miotto, diretor do CCNH; Ronny Maciel de Mattos, representante titular dos técnicos administrativos; Sara Cid Mascareñas Alvarez, pró-reitora de Administração; Sônia Maria Malmonge, pró-reitora de Pesquisa. **Ausentes**: Hosana Meira da Silva, representante externa da comunidade civil; Marcelo Furlin, representante externa da comunidade civil. **Não votantes**: Carolina Moutinho Duque de Pinho, secretária-geral; Aline Maxiline Pereira Oliveira, Coletivo Mães e Pais da UFABC; Anastasia Guidi Itokazu, representante suplente docente do CCNH; Bianca Barboza Bertolotto, discente de Graduação; Cristiane Otero Reis Salum, representante suplente docente do CMCC; Daniel Pansarelli, Comitê de Planejamento e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus da UFABC; João Paulo Gois, pró-reitor adjunto de Pós-Graduação; Karina Passalacqua Morelli Frin, representante suplente docente do CCNH; Lígia Lopes Gomes, representante suplente Técnico-Administrativo; Márcia Aparecida Sperança, representante suplente docente do CCNH; Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho, vice-diretora do

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

CECS; Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, pró-reitor adjunto de Pesquisa; Tatiana Lima Ferreira, pró-reitora adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Vanessa Elena Bomfim, representante suplente dos técnicos administrativos; Wesley Góis, pró-reitor adjunto de Graduação. **Apoio administrativo**: Fabiana Vallini, chefe substituta da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, o presidente, Dácio Roberto Matheus abre a sessão às 14h16, informando que, das decisões tomadas na primeira parte da sessão, ocorrida na semana anterior, ficou pendente a decisão sobre o Grupo Ampliado de Risco (GAR). Antes de iniciar a discussão, ressalta que todas as recentes decisões e ações elaboradas no âmbito dos Conselhos Superiores têm como objetivo alcançar o melhor encaminhamento para as questões sanitárias e institucionais da UFABC, acreditando que todos os agentes participantes dessas atividades estão alinhados ao objetivo de alcançar o bem comum da UFABC. **Ordem do dia:** Minuta de Ato Decisório que aprova as atualizações no Plano de Retomada gradual das atividades presenciais na UFABC. O representante de área demandante, Daniel Pansarelli, elenca as alterações incorporadas ao documento, conforme as sugestões acatadas na primeira parte da sessão: nos itens 1.2, 3, 4.1 e 4.2, 4.4 ao 4.7, 7, 7.1 e item 6. O presidente consulta se há outra questão a ser colocada pelo Conselho. São realizados os seguintes comentários: 1) questiona-se sobre o limite de testagem estabelecido, sugerindo-se que seja aumentada a capacidade, apresentando-se texto que acrescenta 20% à capacidade de presença de pesquisadores docentes e discentes de graduação e pós-graduação, desde que devidamente testados, no sentido de viabilizar o andamento das atividades de pesquisa pendentes; 2) manifesta-se concordância com a necessidade de retomada das pesquisas, todavia, discorda-se da previsão de realização de testes PCR de maneira privada, o que pode acarretar em ônus aos estudantes e, consequentemente, impedir sua participação nessas atividades; 3) questiona-se sobre o momento em que ocorrerá a discussão do Grupo Ampliado de Risco (GAR); 4) apresenta-se proposta visando a assegurar que mães e pais que possuam crianças em idade escolar possam estar em casa, de acordo com o protocolo adotado pelas escolas, que tem sido dinâmico. A proposta visa, ainda, a garantir que esse mesmo grupo possa cumprir sua carga horária de trabalho no mesmo período em que seus filhos estiverem na escola; 5) questiona-se sobre a prioridade de testagem para a pesquisa, conforme discutido; 6) solicita-se cautela quanto à tomada de decisões pelo ConsUni, no sentido de evitar inobservância de normativos externos à UFABC; 7) levanta-se preocupação sobre a legalidade de alteração de horários, visando a resguardar juridicamente as decisões a serem tomadas; 8) questiona-se sobre o número de alunos participantes das pesquisas na pós-graduação, bem como sugere-se melhoria da comunicação com esse grupo. Questiona-se, ainda, sobre os protocolos a serem adotados com os sujeitos experimentais participantes das pesquisas com humanos; 9) sugere-se a inserção da participação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP), no item 6 da minuta; 10) aponta-se a necessidade de criação de um canal de comunicação entre a comunidade e a gestão para melhor execução do plano em discussão; 11) questiona-se acerca da possibilidade de incremento de pesquisas não diretamente relacionadas à Covid-19, se essas serão válidas apenas a partir da Fase 1 do Plano de Retomada. O presidente, sobre o aumento da capacidade de testagem e atendimento à pesquisa, informa que já houve e há vários movimentos junto às autoridades locais no sentido de apoiar e aumentar a capacidade de testagem da UFABC. Todavia, explica que o que se observa com avanço da vacinação é o abandono da testagem por essas instituições, pontuando que a sugestão dada deverá ser atendida, de acordo com as políticas internas, havendo esforços para todas as áreas, inclusive para a pesquisa. Márcia Sperança, do Núcleo de Monitoramento e Testagem, acrescenta que a capacidade de testagem, de 2 mil testes semanais, é baseada na capacidade de trabalho da equipe responsável pela análise das amostras. Além disso, a docente acredita que o número estabelecido é suficiente, a depender do modelo de gestão do trabalho adotado. Ainda sobre a pesquisa, a pró-

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

reitora de pesquisa, Sônia Malmonge, complementa que já existe um número razoável de pesquisas sendo retomadas, inclusive as não consideradas urgentes. Além disso, informa que tem sido realizado um monitoramento constante do acesso aos laboratórios com vistas a atender ao máximo as demandas de pesquisa. O pró-reitor de pós-graduação, Charles Morphy, informa que existem aproximadamente 1600 alunos na pós-graduação, em todos os programas. Explica que já há esforços no sentido de viabilizar as pesquisas consideradas emergenciais e inadiáveis, sobretudo aquelas financiadas pelas agências de fomento, tendo em vista o atendimento de seus prazos. Daniel Pansarelli explica que a discussão da composição do GAR será o próximo item da pauta. Sobre a testagem, entende que não haverá necessidade de sua ampliação, uma vez que o número inicialmente definido será o parâmetro das atividades a serem realizadas presencialmente. Dessa forma, não acata o texto proposto, sendo ele retirado pelo autor da proposta. Sobre a prioridade de testagem para a pesquisa, o relator informa que ela se mantém para as pesquisas diretamente relacionadas à Covid-19 e acrescenta que o limite semanal citado aplica-se a todos os membros da comunidade e às pessoas que estiverem realizando algum tipo de atividade na UFABC, em ambos os *campi*. Sobre a proposta relacionada às mães e pais da UFABC, diz acatá-la parcialmente, não acreditando ser adequado o acolhimento da sugestão de flexibilidade de horário, de acordo com o horário de seus filhos em idade escolar. O relator explica que a questão é histórica e não tem relação direta com pandemia, havendo necessidade de que sua discussão deva ocorrer em outro momento. Sobre a possibilidade de incremento de pesquisas não diretamente relacionadas à Covid-19, a partir da Fase 1 do Plano, confirma que esse é o entendimento correto. Também informa acatar a inserção da CISSP no item 6 da minuta. Havendo consenso sobre o documento em discussão e não havendo mais comentários, o presidente coloca a minuta em votação, consignadas as alterações sugeridas e acatadas. Após votação, o documento é aprovado, sendo manifestos 4 votos contrários e nenhuma abstenção. Em seguida, a representação dos técnicos-administrativos realiza a leitura de uma carta, em justificativa aos votos contrários da categoria. No documento, os representantes lamentam pela condução dos trabalhos de construção do documento aprovado, considerando-a desigual e antidemocrática, e, na maioria das vezes, desfavorável às proposições formuladas pela categoria. No manifesto, os representantes pontuam, ainda, a forma com a qual se apresentou o documento inicial e a dificuldade de aprovação de pontos considerados cruciais pela categoria para um retorno seguro para toda a comunidade UFABC. Pelos pontos apresentados, os técnicos-administrativos justificam seu voto contrário à aprovação da atualização do Plano de Retomada Gradual da UFABC. Considerando o teor da carta de manifestação dos técnicos-administrativos, outros conselheiros registram que a discussão do Plano, tal qual ocorreu, demonstra o esforço da UFABC pela construção de políticas internas de maneira democrática, acreditando-se que o termo “antidemocrático” não é cabido, como colocado no manifesto. O presidente reitera seu compromisso em promover a igualdade de importância a todos os conselheiros e conselheiras, independente da categoria que representam. Reforça que seguirá buscando esse ideal em todas as discussões e deliberações no âmbito dos Conselhos Superiores, sem distinção de falas ou cerceamento de voz de qualquer membro dos Conselhos Superiores. <u>Minuta de ato decisório estabelece a composição atualizada do Grupo Ampliado de Risco, nos termos do Plano de retomada gradual das atividades presenciais na UFABC.</u> Antes de iniciar a discussão, o presidente discorre acerca da autonomia universitária e das possibilidades decorrentes dela para a UFABC. Neste sentido, explica que, conforme consulta realizada junto ao Ministério Público Federal (MPU), apesar de a autonomia universitária estar limitada à Saúde Pública, é cabível à UFABC decidir sobre a organização e condições de retorno de suas atividades, dadas as particularidades da universidade. Por esse motivo, informa que a ampliação do GAR em pauta é respaldada pela autonomia universitária. Em seguida, o representante da área demandante, Daniel Pansarelli, passa à apresentação da proposta do GAR. Destaca a inclusão da previsão de

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

opção de execução de atividades remotas pelos integrantes do GAR, durante as fases do Plano de Retomada Gradual da UFABC. Quanto à composição do GAR, elenca os grupos que o integram, sendo distribuídos em 9 itens, abrangendo pessoas com comorbidades, bem como aqueles que lidam com pessoas nessas condições. Em discussão, são realizados os seguintes apontamentos: 1) sugere-se a utilização de termos médicos mais específicos, tendo em vista que alguns termos colocados na minuta são genéricos e podem abranger grupos que não necessariamente seriam integrantes do GAR; 2) sugere-se a supressão do item 5, que trata das pessoas responsáveis pelos cuidados de pessoas com suspeita ou confirmação de contaminação pela Covid-19, sob o argumento de que tal previsão constitui-se como um protocolo aplicado a todos e não somente como um fator de risco. Para o caso de manutenção do item como um fator de risco, sugere-se que a condição se restrinja ao período em que vigorar essa necessidade; 3) sugere-se suprimir a especificação do fator de Índice de Massa Corpórea (IMC). A essa sugestão, pontua-se que a especificação pode ser substituída por "grau 2 e 3"; 4) questiona-se sobre o item 8, acreditando-se que, conforme está escrito, subentende-se ser um grupo mais amplo do que o pretendido; 5) sugere-se adotar a idade a partir de 70 anos como sendo do GAR, uma vez que há servidores com idade entre 60 e 70 que gozam de boas condições de saúde para o trabalho presencial; 6) discorda-se da previsão do item 6, acreditando-se que, conforme está escrito, subentende-se que qualquer pessoa que tenha filho de até 12 anos seja considerada integrante do GAR, sugerindo-se a retirada do item; 7) sugere-se revisão do item 9, no sentido de proteção da saúde dos trabalhadores terceirizados, sem invadir o âmbito legal do trabalho desse grupo, nem causar motivo de perda de trabalho dessas pessoas por não poderem adentrar na UFABC, uma vez que sua atividade é regida por outras normativas às quais não compete à UFABC legislar; 8) sugere-se adequação do termo "com deficiência" utilizado no item 9; 9) sugere-se incluir, no item 6, todos os membros da comunidade que têm filhos que ainda não foram vacinados; 10) sugere-se incluir, no item 8, todos aqueles que coabitam com pessoas com comorbidades, independente da condição de vacinados ou não; 11) pontua-se que a lista de comorbidades constante na minuta segue os padrões divulgados pelo Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS); 12) questiona-se sobre como ficaria a situação de um estudante caso viesse a ficar responsável por alguém que contraia Covid-19, durante o quadrimestre; 13) questiona-se se a garantia de vagas para pais e mães com deficiência aplica-se ao contexto remoto assim como no presencial. Em atendimento aos comentários, Daniel Pansarelli acata a sugestão de especificação de termos genéricos, no item 2. Sobre a especificação do grau de IMC colocado na minuta, explica que a indicação é necessária devido ao grau considerado como comorbidade, que é o de IMC maior ou igual a 30. Sobre as dúvidas levantadas sobre o item 8, acredita ser importante o próprio Conselho decidir pela manutenção ou não do item. Concorda com a sugestão de alteração da faixa etária para 70 anos, porém, o presidente observa que a idade de 60 anos é oficialmente utilizada por documentos normativos, acreditando que a previsão de faculdade estabelecida no parágrafo único, do Art. 1º da minuta de Ato Decisório em discussão já serviria para o que é pedido. Diante da fala do presidente, a proponente retira a proposta de alteração de idade para 70 anos. Seguindo os comentários, Daniel Pansarelli concorda que o item 5 é um protocolo geral e não um fator de risco, todavia defende a manutenção, para reforçar a ideia do item. Corrige-se o termo "com deficiência". Sobre a situação dos estudantes, caso venham a ficar responsáveis por pessoas com Covid-19 e a situação dos pais com deficiência em relação à garantia de vagas, entende que tais protocolos são afeitos às pró-reitorias acadêmicas e à ProAP. Sobre esse assunto, a pró-reitora de Graduação, Fernanda Cardoso, quanto à situação dos estudantes, no caso de ficarem responsáveis pelos cuidados de pessoas com Covid-19, durante o quadrimestre, esclarece que tais protocolos ainda carecem de ser formulados coletivamente. Já com relação à garantia de vagas aos estudantes mães e pais com deficiência, a pró-reitora informa que as Resoluções ConsEPE nº 240 e 245 já preveem preferência de garantia de vagas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

para esse grupo. Retomando a palavra, sobre as propostas de inclusão, no item 6, de todos os membros da comunidade que têm filhos e que ainda não foram vacinados, e, no item 8, de todos aqueles que coabitam com pessoas com comorbidades, independente da condição de vacinados ou não, Daniel Pansarelli não acata as sugestões sob o argumento de que tais previsões praticamente inviabilizariam a execução do Plano de Retomada Gradual da UFABC, uma vez que o número de pessoas incluídas nesses grupos, seguramente, ultrapassaria mais de 50% da força de trabalho da UFABC, não permitindo sequer o número mínimo de pessoas nas primeiras fases do Plano. Sobre os trabalhadores terceirizados, entende a insegurança contratual sob a qual esse grupo trabalha e informa que todos os protocolos direcionados a eles têm sido formulados de maneira a evitar quaisquer constrangimentos ou inseguranças. Sobre a proposta de retirada do item 6, sugere sua manutenção, propondo que a redação termine no termo "comorbidades". A autora da proposta retira a solicitação de exclusão do item e concorda com a sua manutenção, considerando a alteração proposta pelo demandante. Há propostas contrárias à alteração do item 6, defendendo sua manutenção, porém, com a redação que prevê a inclusão dos "Pessoas que possuam filhos com idade até 12 anos, as quais não possam ser vacinados". Dada a divergência de propostas, entre a área demandante e a proposta defendida por parte dos conselheiros, os textos apresentados são colocados em votação, um contra o outro. Após votação, a proposta que prevê a inclusão de "Pessoas que possuam filhos com idade até 12 anos, que possuam comorbidades" é aprovada com 23 votos favoráveis, tendo a proposta alternativa recebido apenas 14 votos favoráveis, sendo manifestas, ainda, 3 abstenções. O presidente informa que a redação aprovada será incorporada ao documento em pauta. Findas as discussões do documento, a pedido, Daniel Pansarelli repassa as alterações realizadas no documento. Em seguida, o presidente encaminha o documento, conforme alterações propostas e acatadas para votação. Após votação, o documento é aprovado com 38 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. O conselheiro Federico Martí manifesta que sua abstenção tem como base seu desconhecimento técnico acerca da especificidade da matéria debatida. <u>Deliberação sobre a mudança de fase do Plano de Retomada Gradual das atividades presenciais na UFABC</u>. O presidente informa que a proposta de deliberação sobre a mudança de fase colocada não significa um retorno imediato às atividades presenciais, uma vez que esse processo depende da elaboração dos planos de execução locais. Pontua que tal matéria tem como base os dados apurados pelo Núcleo de Monitoramento e Testagem, que sinalizou condições favoráveis a esse avanço, mediante a observância de todos os critérios de biossegurança previstos pelo Plano de Retomada Gradual da UFABC. Acredita que haja elementos favoráveis a essa deliberação, questionando se há alguma objeção a esse encaminhamento por parte do Conselho. São realizados as seguintes ponderações: 1) questiona-se se a deliberação proposta não fere o previsto no Art. 29 do Regimento Interno do ConsUni; 2) questiona-se qual seria a outra oportunidade para tal debate, dado o avançado do horário; 3) defende-se a deliberação proposta, acreditando-se que consiste numa decorrência natural dos debates realizados nas últimas 3 reuniões do Conselho; 4) questiona-se se o adiamento da deliberação proposta tem alguma implicação sobre o planejamento de alocação didática para o próximo quadrimestre; 5) questiona-se sobre as condições dos espaços e medidas necessárias para o avanço proposto, apontando-se a falta de elementos para tal discussão; 6) questiona-se sobre a divergência entre a deliberação proposta e o último boletim emitido pelo Núcleo de Monitoramento e Testagem, que propôs a manutenção da Fase 0 do Plano. O presidente responde aos questionamentos informando que tal deliberação não fere o Regimento do ConsUni, uma vez que qualquer efeito da presente deliberação só deverá ser aplicado após a publicação do Plano de Retomada Gradual da UFABC, o que não impede a discussão da matéria em pauta. Sobre os efeitos do adiamento da deliberação para a alocação didática, Fernanda Cardoso informa que esse processo já está atrasado, sendo de grande importância que a deliberação proposta seja realizada com a maior brevidade possível. Sobre a divergência entre a

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br

proposta e o último boletim epidemiológico, Dácio Matheus explica que, de acordo com os novos critérios aprovados para o Plano, a UFABC já se encontra na Fase 1, motivo pelo qual se propõe tal avanço, de maneira oficial e pautada em dados científicos gerados pelo Núcleo de Monitoramento e Testagem. Diante do avançado do horário, bem como das ponderações realizadas pelos conselheiros e conselheiras, o presidente sugere que a deliberação pelo avanço de fase seja realizada em nova sessão extraordinária. Não há objeções a essa proposta e a discussão é encerrada. Como nenhum dos participantes deseja fazer uso da palavra, o presidente agradece a presença de todos e encerra a sessão às 18h10. Do que para constar, nós, Fabiane de Oliveira Alves, chefe da Divisão de Conselhos, Jeanderson Carlos de Souza Silva e Katia Tonello Semmelmann, assistentes em administração, em conjunto com a secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo Conselho.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Jeanderson Carlos de Souza Silva
Assistente em Administração

Katia Tonello Semmelmann
Assistente em Administração

Carolina Moutinho Duque de Pinho
Secretária-Geral

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356.7632/7635/7636
conselhos.superiores@ufabc.edu.br